



VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2022

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração	02
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediária.....	03
Balanços patrimoniais	08
Demonstração de resultados	10
Demonstração de outros resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras intermediárias (Demonstrações) da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia), relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho nas operações

A Companhia não está operando, no momento, e apresenta um lucro líquido de R\$ 30 (R\$ 720 no mesmo período de 2021), oriundo da receita financeira, líquida das despesas administrativas e tributos, basicamente. O patrimônio líquido atingiu R\$ 5.311, em 30 de junho de 2022 (R\$ 5.281 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

3. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

4. Agradecimento

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões judiciais e Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 8.2 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui passivos reconhecidos com base na avaliação da probabilidade de perda provável.</p> <p>Tais provisões requerem julgamento da Companhia na determinação da probabilidade de perda. Devido à relevância quantitativa dessas provisões judiciais, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Entendimento dos controles chave relacionados ao processo de avaliação de risco de perda das ações judiciais.- Obtenção de confirmações diretamente com os advogados externos contratados pela Companhia com a relação dos processos judiciais fiscais em andamento e suas respectivas probabilidades de perda e valores estimados em risco.- Discussão dos prognósticos de perda informados pelos advogados externos, relativo aos processos judiciais fiscais em andamento, com o Departamento Jurídico da Companhia.- Revisão de atas de reuniões e indagações da administração sobre discussões relativas às provisões judiciais. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

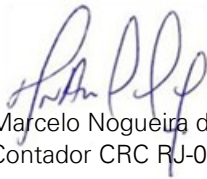
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		4.818	4.786
Disponível		114	130
Caixa e bancos		114	130
Aplicações	Nota 5	4.583	4.546
Títulos de renda fixa - públicos		2.822	2.673
Quotas de fundos de investimentos		1.761	1.873
Títulos e créditos a receber		121	110
Títulos e créditos a receber		23	12
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6.2	98	98
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.394	2.325
Realizável a longo prazo		2.392	2.323
Títulos e créditos a receber		2.392	2.323
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6	402	403
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 8.1	1.990	1.920
Investimentos	Nota 7	2	2
Participações societárias		2	2
TOTAL DO ATIVO		7.212	7.111

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar		47	36
Obrigações a pagar		43	34
Impostos e encargos sociais a recolher		4	2
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a pagar	Nota 8.2	1.854	1.794
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota 9	5.311	5.281
Capital social		4.699	4.699
Reservas de capital		16	16
Reservas de lucros		809	809
Ajustes de avaliação patrimonial		(243)	(243)
Lucro líquido do semestre		30	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.212	7.111

Demonstração de resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2022	30/06/2021
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS			
Despesas administrativas	Nota 11 a)	(89)	(26)
Despesas com tributos	Nota 11 b)	(88)	(66)
Resultado financeiro	Nota 11 c)	216	54
Resultado patrimonial	Nota 7	-	759
RESULTADO OPERACIONAL		39	721
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		39	721
Imposto de renda	Nota 12	(5)	-
Contribuição social	Nota 12	(4)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		30	721
Quantidade de ações	Nota 9 a)	3.316.721	3.316.721
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,01	0,22



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstração de outros resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	30	721
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	30	721

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de Lucro				Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.699	1	15	695	1.704	-	-	7.114
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	721	721
Saldos em 30 de junho de 2021	4.699	1	15	695	1.704	-	721	7.835
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.699	1	15	744	65	(243)	-	5.281
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	30	30
Saldos em 30 de junho de 2022	4.699	1	15	744	65	(243)	30	5.311

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	30	721
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	(758)
Ativos financeiros	(37)	(157)
Créditos tributários e previdenciários	2	1
Depósitos judiciais e fiscais	(70)	(21)
Títulos e créditos a receber	(11)	(82)
Impostos e contribuições	4	4
Outras contas a pagar	66	(270)
Caixa consumido pelas operações	(16)	(565)
Impostos pagos	-	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(16)	(568)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	570
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	570
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16)	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	130	126
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	114	128

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações), a Vanguarda Companhia de Seguros Gerais é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Não houve comercialização de seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2021 e 2022, mas a empresa se manterá ativa em busca de novos negócios.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e as Circulares SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

As demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras intermediárias evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de agosto de 2022.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa. (nota 3.2).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

Resumos das principais práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no Ativo ou Passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.3. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos n.º 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1 Valor justo por meio do resultado (VRJ)

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas Demonstrações.

3.3.2 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço. Estes são classificados como ativos não circulantes.

3.4 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% ao mês.

3.5 Investimentos

As participações acionárias em coligadas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica “Resultado patrimonial”.

3.6 Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.8. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: (i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) Provisões Judiciais (nota 8).

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.9. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.9.1. CPC 48 – instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023,

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme a isenção temporária do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido pelo a isenção temporária e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. Adicionalmente, a SUSEP ainda não aprovou o CPC 48.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.9.2. CPC 50 – Contratos de Seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“*BBA – Business Block Approach*”); (ii) modelo de taxa variável (“*VFA – Variable Fee Approach*”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“*PPA - Premium Allocation Approach*”). Os modelos (i) e (ii) são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo (iii) é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023.

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os quesitos de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 2.822, que representa 62% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 2.673, que representa 59% em 31 de dezembro 2021), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA). O volume de aplicações em fundos não exclusivos totaliza R\$ 1.761, que representa 38% das aplicações financeiras nesta data, (R\$ 1.873 que representa 41% em 31 de dezembro 2021).

A Companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade desta carteira, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de estresse para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de estresse da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.

(II) *DV01* (*dollar–value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2022				31/12/2021			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,95	0,17	(29)	-	0,88	0,07	4
IPCA	-	0,95	0,30	15	-	0,99	0,55	28

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de Liquidez consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura do Grupo Icatu.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2022		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	114	-	114
Aplicações Financeiras	1.761	2.822	4.583
Títulos e créditos a receber	121	-	121
Total de ativos	1.996	2.822	4.818
Contas a pagar	47	-	47
Total de passivos	47	-	47

Ativos e passivos	31/12/2021		
	Até 1 ano	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	130	-	130
Aplicações Financeiras	1.873	2.673	4.546
Títulos e créditos a receber	110	-	110
Total de ativos	2.113	2.673	4.786
Contas a pagar	36	-	36
Total de passivos	36	-	36

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.4. Gestão de capital

A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu Seguros mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. Segue demonstração da abertura da carteira:

30/06/2022					
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	Taxes contratadas	Sem vencimento	De 13 a 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		1.761	-	1.761	38%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.822	2.822	62%
Total		1.761	2.822	4.583	100%

31/12/2021					
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:	Taxes contratadas	Sem vencimento	De 13 a 60 meses	Valor contábil / mercado	Percentual das aplicações
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		1.873	-	1.873	41%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	2.673	2.673	59%
Total		1.873	2.673	4.546	100%

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Saldo final em 01 de janeiro de 2021	6.415
(+) Aplicações	1.390
(-) Resgates	(3.520)
(+) Rendimentos	261
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.546
(-) Resgates	(210)
(+) Rendimentos	247
Saldo final em 30 de junho de 2022	4.583

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.822	-	2.822
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	1.761	1.761
Total (I)	2.822	1.761	4.583

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro	2.673	-	2.673
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	1.873	1.873
Total (I)	2.673	1.873	4.546

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1 Tributos a recuperar

Os Tributos a Recuperar de R\$ 98, são compostos de Imposto de Renda em R\$ 59 e demais impostos R\$ 39.

6.2 Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro”.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica “Tributos Diferidos”.

Não Circulante	01/01/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2022
Imposto de Renda Diferido	243	22	(13)	252	2	(3)	251
Diferenças Temporárias	243	22	(13)	252	2	(3)	251
Contribuição Social Diferida	146	26	(21)	151	2	(2)	151
Diferenças Temporárias	146	26	(21)	151	2	(2)	151
Total	389	48	(34)	403	4	(5)	402

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de adições e exclusões temporárias, compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e atualizações de depósitos judiciais. Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de Abril de 2022 foi publicada a MP Nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de Agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2022 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

A seguir, a composição das adições/exclusões das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias		
Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2022	31/12/2021
Atualização depósito judicial	(849)	(787)
COFINS exigibilidade suspensa	1.450	1.403
PIS exigibilidade suspensa	404	392
Total das provisões temporárias	1.005	1.008
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	251	252
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	151	151
Total	402	403

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Investimentos em coligadas é composto da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de quotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
										30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	10.000	0,10%	7	-	-	10	8	-	(1)	-	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (a)	-	0%	336.303	308.471	-	301	(45.093)	102.857	72.926	-	-	-	759
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	46.245.081	0,002%	14.496	14.765	534	46.245	5.400	5.498	(6.203)	2	2	-	-
Total de Investimentos	46.255.081		350.806	323.236	534	46.556	(39.685)	108.355	66.722	2	2	-	759

Movimentação Investimentos	01/01/2021	Ajuste TVM	Dividendos	Equivalência Patrimonial	01/01/2022	Adições/Baixas	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/06/2022
Icatu Soluções em Seguridade Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	301	(242)	(1.090)	1.031	-	-	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	3	(1)	-	-	2	-	-	-	2
Total	304	(243)	(1.090)	1.031	2	-	-	-	2

(a) Em de setembro de 2021 a Companhia fez uma cessão de quotas e deixou de ser acionista da Icatu Consultoria de Investimentos SA.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

8.1. Depósito judiciais e fiscais

Os saldos de depósitos judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	1.920	2.061
Adições	7	12
Baixados	-	(206)
Atualização Monetária	63	53
Saldo Final	1.990	1.920

8.2. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

Na rubrica “Outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Contribuição	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 30/06/2022
COFINS	1.402	5	43	1.450
PIS	392	1	11	404
Total - Obrigações Fiscais	1.794	6	54	1.854

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	264	236	1.536	1.450	1.800	1.686
Faturamento (b)	190	168	-	-	190	168
Saldo total 30/06/2022	454	404	1.536	1.450	1.990	1.854

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	260	228	1.475	1.403	1.735	1.631
Faturamento (b)	185	164	-	-	185	164
Saldo total 31/12/2021	445	392	1.475	1.403	1.920	1.795

(a) PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de Jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são de R\$ 809 e são compostas por:

(i) Reserva legal de R\$ 744 é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

(ii) Reserva estatutária de R\$ 65 é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legal.

(iii) O saldo ajuste de avaliação patrimonial em 30 de junho de 2022 é de uma perda de R\$ 243.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	5.311	5.281
Ajustes contábeis	(2)	(2)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(2)	(2)
Subtotal PLA – nível	5.309	5.279
PLA Nível I	4.907	4.876
PLA Nível III	402	403
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	5.309	5.279
Capital Base (CB) (a)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	129	139
Capital de Risco - Mercado	31	38
Capital de Risco - Redução por correlação	(20)	(24)
Capital de Risco (CR) (b)	140	153
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	4.000	4.000
Patrimônio líquido ajustado	5.309	5.279
Suficiência de capital - R\$	1.309	1.279
Suficiência de capital (% da EC)	133%	137%



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas empresas ligadas.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	3	2	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada) (a)	-	-	1	7	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	1	-	-
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (a)	(10)	-	32	77	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.(b)	-	-	1	3	(3)	(3)
Total	(10)	-	37	90	(3)	(3)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(b) Valores referentes a taxa de gestão Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da companhia;

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

a) Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal Próprio (*)	(1)	58
Serviços de Terceiros	(46)	(48)
Localização e Funcionamento	(27)	(28)
Publicações	(14)	(33)
Despesas Administrativas	(1)	25
Total	(89)	(26)

(*) Variação referente a redução nas despesas referente a rateio

b) Despesas com tributos

	30/06/2022	30/06/2021
COFINS	(10)	(3)
PIS	(2)	(1)
Taxa de Fiscalização	(73)	(59)
Outras Despesas com Tributos	(3)	(3)
Total	(88)	(66)

c) Resultado financeiro

Categoria - valor justo por meio do resultado	30/06/2022	30/06/2021
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	148	63
Outras Receitas Financeiras	161	45
Total – Receitas Financeiras	309	108
Outras Despesas Financeiras	(93)	(54)
Total – Despesas Financeiras	(93)	(54)
Total	216	54

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	39	39	721	721
ADIÇÕES	59	59	16	16
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	59	59	16	16
EXCLUSÕES	(62)	(62)	(775)	(775)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(62)	(62)	(16)	(16)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(759)	(759)
Resultado Ajustado	36	36	(37)	(37)
Compensações de Base Negativa	(11)	(11)	-	-
Lucro após as Compensações	25	25	(37)	(37)
Alíquotas Oficiais	15%+10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	4	4	-	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	1	0	-	-
Despesas com IRPJ/CSLL	5	4	-	-
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	12,82%	10,26%	0,00%	0,00%

13. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2022 da Icatu Seguros.



Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 42.582.049/0001-40

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394